

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA  
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB**

**FRANCISCA LETICE DA SILVA**

**A IMPORTÂNCIA DAS BRINCADEIRAS: no desenvolvimento motor e cognitivo  
da criança na educação infantil**

**FRANCISCA LETICE DA SILVA**

**A IMPORTÂNCIA DAS BRINCADEIRAS: no desenvolvimento motor e cognitivo da criança na educação infantil**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba como requisito para obtenção de título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Maria Fernandes de Andrade Praxedes

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586i Silva, Francisca Letice da.

A importância das brincadeiras [manuscrito] : no desenvolvimento motor e cognitivo da criança na educação infantil / Francisca Letice da Silva. - 2014.

42 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Maria Fernandes de Andrade Praxedes, Secretaria de Educação à Distância".

1. Gestão. 2. Ensino Fundamental. 3. Educação Infantil. 4. Brincadeiras. I. Título.

21. ed. CDD 370.543

FRANCISCA LETICE DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DAS BRINCADEIRAS: no desenvolvimento motor e cognitivo da criança na educação infantil**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para obtenção de título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Data da avaliação: 25 / 07 / 2014

Nota: 9,3

BANCA EXAMINADORA

*Maria Fernandes de Andrade Praxedes*

Orientadora: Profa. Ma. Maria Fernandes de Andrade Praxedes

*Francineide Pereira Silva*

Examinador (a): Prof(a): Ma. Francineide Pereira Silva

CATOLÉ DO ROCHA - PB

2014

## DEDICATÓRIA

Ao meu saudoso e inesquecível pai-  
Joaquim Firmo Limão, por seu apoio e  
incentivo para que eu prosseguisse e  
acreditasse nos meus sonhos, a ele.

## **AGRADECIMENTOS**

A DEUS; por que NELE, por ELE e para ELE são todas as coisas. Obrigada Senhor pela força, determinação e coragem que me foram dadas por TI, para realização deste trabalho, pois sem a Sua ajuda eu não conseguiria concretizá-lo;

Aos meus pais Letice Francisca e Joaquim Firmo Limão (in memória), que sempre me apoiaram e me ajudaram nos momentos difíceis. Fizeram, fazem e farão sempre parte de minha história, uma bênção em minha vida;

À Pró-reitora de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, pela oferta do Curso;

À coordenadora geral do PARFOR Adalgisa Rasia, pela atenção dispensada durante o curso;

À coordenadora do PARFOR, Pólo de Catolé do Rocha, Benedita Ferreira Arnaud, pelo acompanhamento e orientações;

A minha orientadora, professora Maria Fernandes Praxedes, pelas suas orientações, sugestões e compreensão;

Aos amigos, que fizeram este caminho comigo e que tantas vezes me apoiaram;

A todos que direta ou indiretamente colaboraram para realização deste trabalho, muito obrigada!

Brincar com crianças não é perder tempo, é ganhá-lo; se é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los sentados enfileirados em salas sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação do homem.

Carlos Drummond de Andrade

## RESUMO

Este trabalho de natureza bibliográfica, que se caracteriza também em um estudo de campo dadas as observações, intervenções e análises durante os Estágios Supervisionados I, II e III, tem como objetivo apresentar e discutir questões concernentes à gestão escolar, à educação infantil e ao ensino fundamental, atentando para as concepções e modelos vigentes atualmente em escolas públicas, além disso, visa refletir sobre a importância das brincadeiras no âmbito do ensino nos primeiros anos escolares da criança, considerando que o lúdico pode ser um processo que favorece uma aprendizagem mais significativa. Nesse sentido, as creches e as pré-escolas têm papel preponderante na etapa inicial da educação formal, devendo o ambiente da educação infantil propiciar momentos prazerosos que viabilizem o desenvolvimento cognitivo, social, motor e afetivo das crianças. O aporte teórico que embasou essas discussões repousa em reflexões de PIAGET (1973), SILVA (2004), OLIVEIRA (1992), FREIRE (1998), RCNEI (1998) entre outros. Espera-se que este trabalho possa contribuir no sentido de despertar o interesse de pesquisadores e professores, de um modo geral, para as questões que envolvem as tentativas de se pensar e fazer uma educação cada vez melhor para crianças da educação infantil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão. Ensino Fundamental. Educação Infantil. Brincadeiras.

## **ABSTRACT**

This bibliographic nature, which is also characterized in a field study given the observations, analyzes and interventions during the Supervised Internship I, II and III, aims to present and discuss issues pertaining to school management, early childhood education and teaching fundamental, focusing on the concepts and models currently existing in public schools, moreover, aims to reflect on the importance of play in teaching in the early school years the child, considering that the play can be a process that favors a more meaningful learning. In this sense, kindergartens and preschools have a preponderant role in the initial stage of formal education, the environment should provide early childhood education pleasurable moments that allow the cognitive, social, motor and emotional development of children. The theoretical framework that rests on these discussions embasou reflections of Piaget (1973), Silva (2004), Oliveira (1992), Freire (1998), RCNEI (1998) among others. It is hoped that this work can contribute to arouse the interest of researchers and teachers, generally, for matters involving attempts to think and do an ever better education for children of early childhood education.

**KEYWORDS:** Management. Elementary Education. Early Childhood Education. Jokes.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO I - REFLEXÕES TEÓRICO/PRÁTICAS ARTICULADAS AOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS.....</b>	<b>10</b>
1.1 A gestão escolar na escola pública.....	12
1.2 A escola e o aluno da educação infantil.....	17
1.3 A escola e o aluno da educação fundamental .....	21
<b>CAPÍTULO II – POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: .....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO III: O LÚDICO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA DE INTERAÇÃO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>32</b>
3.1- Brincadeiras: necessidade vital que amplia possibilidades de aprendizagem infantil.....	34
3.2 As necessidades do público infantil na era informacional.....	36
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>

## INTRODUÇÃO

A educação é um processo amplo que tem início desde a mais tenra idade; devendo o ambiente da educação infantil propiciar momentos prazerosos que viabilizem o desenvolvimento cognitivo, social, motor e afetivo das crianças. Nesse contexto, verifica-se o surgimento de um novo paradigma educacional, exigindo da escola, enquanto instituição pública de educação, novos atributos.

Sabe-se que as creches e pré-escolas têm papel preponderante nesta etapa inicial da educação formal, cabendo ao professor da educação infantil interagir, brincar e educar esses cidadãos mirins, levando-os a internalizarem hábitos que o acompanharão ao longo de sua rotina educacional.

No entanto, o que se pergunta é o porquê do caos que se observa na educação brasileira. Se há leis que dão suporte e amparam a educação desde a creche e a pré-escola, por que ainda se vê no Brasil tantos analfabetos e crianças fora das creches? O que falta aos educadores e aos ambientes supracitados que não atendem às necessidades vitais do público infantil, juvenil e adulto? Por que tantos educadores da educação infantil ainda têm a prática das brincadeiras sem métodos, apenas para passar o tempo?

Mediante o exposto, o presente trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro apresenta uma experiência realizada durante os estágios supervisionados do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia no âmbito da gestão escolar, da educação infantil e do ensino fundamental, cujo olhar se voltou para as concepções e os modelos de gestão e ensino adotados pela Escola Municipal Antônio Gomes do município de Catolé do Rocha – PB.

O segundo capítulo traz em seu corpus uma reflexão teórica sobre a educação infantil, atentando para as questões de ordem prático-pedagógicas, sobretudo no que diz respeito às atividades desenvolvidas no cotidiano das crianças na fase inicial de sua vida escolar.

O terceiro capítulo discorre sobre a inserção das brincadeiras na educação infantil, destacando que quando é dado à criança o direito de brincar, inventando pessoas e mundos imagináveis e irrealis, elas desenvolvem outros saberes, constroem sua autoconfiança e dialogam com a realidade que as cercam por meio do lúdico.

## **CAPÍTULO I - REFLEXÕES TEÓRICO/PRÁTICAS ARTICULADAS AOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS**

O estágio supervisionado se constitui em uma das mais importantes ferramentas que propicia aos futuros profissionais conhecerem e estabelecerem diálogos entre os saberes adquiridos e a prática, visto que coloca o sujeito em contato direto com atividades concernentes à profissão a qual ele pretende exercer e, conseqüentemente, desenvolve os aspectos humano-sociais, em face do contato, também, com os problemas sociais e culturais que se apresentam no ambiente do estágio e, posteriormente, no ambiente de seu futuro trabalho.

No que tange a escola, espaço de construção de saberes diversos e formação cidadã, o estágio supervisionado se configura como um processo de integração do estudante-estagiário com o ambiente escolar, os sujeitos que compõem a escola. Nesse sentido, a escola precisa democratizar o acesso do estagiário à escola, contribuindo para a sua formação profissional.

A educação escolar tem sido e deve ser a base para as transformações da sociedade, pois é ela a responsável pela formação das diversas profissões. Não se pode pensar qualquer que seja a profissão sem antes ter passado pela escola, pelas orientações do professor e de toda comunidade acadêmica. Dentro desse contexto, a educação escolar participa de forma direta do planejamento e consecução das ações dos indivíduos que tiveram acesso à escola.

Partindo dessa compreensão, a reforma da educação nacional exige das escolas uma profunda reflexão sobre o seu papel enquanto instituição social e clara definição de caminhos, formas e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo.

Em outras palavras, segundo Moran

A educação é um processo de toda a sociedade - não só da escola - que afeta a todas as pessoas, o tempo todo, em qualquer situação pessoal, social, profissional e através de todas as formas possíveis. Toda a sociedade educa quando transmite idéias, valores, conhecimento e quando busca novas idéias, valores, conhecimentos. Família, escola, meios de comunicação, amigos, igrejas, empresas, Internet, todos educam e, ao mesmo tempo, são educados, isto é, aprendem, sofrem influências, se adaptam a novas situações. Aprendemos em todas as organizações, grupos e pessoas aos quais nos vinculamos. (2011, p.14).

Dessa forma, ter clareza da função social da escola e do homem que se quer formar é fundamental para realizar uma prática pedagógica competente e socialmente comprometida, particularmente num país como o Brasil, onde se convive com grandes desigualdades econômicas, sociais e culturais. Formar o cidadão não é tarefa apenas da escola, no entanto, como local privilegiado do trabalho com o conhecimento, a escola tem grande responsabilidade nessa formação. De acordo com Freire (1997, p. 137) “o homem faz história a partir de uma realidade que encontra, e só a partir dela”.

A escola pública precisa torna-se um espaço no qual as pessoas possam dialogar, pensar, duvidar, discutir, questionar e compartilhar saberes, com isso, o surgimento de um lugar para criar, colaborar, discordar e modificar. Nesse ponto de vista a escola deve tomar para si a responsabilidade de vincular a complexidade da vida social em ações educativas e construir sua autonomia, onde todos os envolvidos possam pensar refletir e avaliar o processo de edificação do conhecimento, que não deve ser tratado de forma dogmática e esvaziado de significados.

Atualmente, na escola pública todo educador é convicto de que o ensino se constrói na pluralidade e na certeza de que o processo de aprendizagem se funde na interação, desenvolvendo uma forma humana e significativa de perceber o meio. Que a pluralidade possibilita, também, aprender sobre a realidade, construindo aprendizagens significativas tanto para quem aprende quanto para quem ensina, numa relação dialógica e dialética.

Refletindo sobre esse aspecto, Demo (1994) apud (VEIGA, 1995), defende que

É nesse sentido que as mudanças estruturais da sociedade contemporânea, reciprocamente determinadas e determinantes dos desenvolvimentos científico e tecnológicos [...] impõem verdadeiras revoluções nas relações de trabalho, nas concepções de conhecimento e, em consequência, nas instituições educativas, já que educação e conhecimento são eixos, tanto do desafio econômico, quanto do desafio da equidade. (1995, p.136)

As mudanças que ocorrem no seio da sociedade têm impacto na educação e influenciam no comportamento direto das pessoas, nas concepções e no modo de resolver os problemas. Todas essas probabilidades devem estar agregadas na escola sob forma de planejamento para serem cultivados no sentido de constituir um

cidadão observador dessas mudanças e capaz de entender o processo e formar opinião sobre elas.

### **1.1 A gestão escolar na escola pública**

Nos últimos tempos muito se tem discutido as questões que envolvem a gestão escolar, esta deve ter como foco os problemas educacionais de forma geral, buscando, através de ações conjuntas com toda comunidade escolar, possíveis soluções para os impasses que dificultam uma educação de qualidade, sobretudo a educação pública. Nesse sentido, faz-se necessário que a gestão escolar estabeleça diálogos com os pais de alunos e com toda sociedade e seja, de fato, transparente em suas ações.

Para conhecer o funcionamento de uma escola a partir da gestão, o Estágio Supervisionado em Gestão Escolar, do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia possibilitou aos cursistas irem a campo e observar as concepções e práticas da Gestão Escolar, o funcionamento da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Escola Municipal Antônio Gomes, que está localizada na Avenida Venâncio Neiva, Nº 1.178, Bairro Batalhão, CEP: 58884-000 Catolé do Rocha – PB. A referida instituição de ensino foi criada em 1974, pelo ex-prefeito José Sérgio Maia. A lei e o decreto de sua criação são desconhecidos pelos órgãos públicos por falta de dados nos seus arquivos históricos. A Escola é mantida pela prefeitura municipal, com apoio da Secretaria Municipal de Educação.

A escola atende a uma clientela de baixa renda, moradores dos bairros: Batalhão, Tabajara e Sandy Soares e atualmente ministra cursos de Educação Infantil I e II, Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano e curso de Educação de Jovens e Adultos. Hoje a Escola apresenta uma população de 255 alunos.

A proposta didática pedagógica da escola supracitada segue a linha libertadora que leva em consideração algumas orientações teóricas, a exemplo de Paulo Freire, que defende uma formação cidadã crítica e participativa dos sujeitos. Para isto, a escola entende que é imprescindível uma gestão democrática e transparente.

A autonomia da gestão escolar constitui um dos pilares sobre os quais repousa a eficácia da escola e o sucesso de quem ensina e aprende nesse ambiente. De acordo com Luck (2000), o conceito de autonomia da escola está

relacionado com tendências mundiais de globalização e mudanças de paradigmas que têm repercussão significativa nas concepções de gestão educacional e nas ações dela decorrentes.

Nesse sentido, a autonomia da gestão escolar só se torna efetiva quando um conjunto de atitudes e ações têm em comum um objetivo único, descentralização das ações, isto é, a prática de gestão escolar exige um exercício de múltiplas competências, desde a forma como deve ser gerenciado os recursos financeiros, didático-pedagógicos, as questões que orientam as atividades pedagógicas e a relação da escola com toda comunidade escolar.

A Constituição Federal de 1988 foi um importante marco para a democratização da educação. Mas, foi nas décadas de 80 e 90, quando foi promulgada a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) – LDB, que contemplou em seus Arts. 14 e 15 os princípios norteadores da gestão democrática. Dando, assim, uma maior liberdade de participação de todos os sujeitos que compõem a escola nas tomadas de decisões da instituição. Isso se constata no Art. 14 quando afirma que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os princípios: I - participação dos profissionais da educação básica na elaboração do projeto pedagógico da escola, II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

O Art. 15, por sua vez, atesta que os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Nesse sentido, percebeu-se que a gestão escolar da Escola Antônio Gomes procura atender às orientações da LDB, desenvolvendo uma gestão democrática e descentralizadora. Modificando, desta forma, paradigmas vigentes em outras épocas, imprimindo ao ambiente de trabalho um espaço onde o diálogo, a flexibilidade e a mobilização de todos que fazem a escola corrobora uma educação que atenda as necessidades do seu público-alvo, crianças, jovens, adolescentes e adultos.

Assim, todas as atividades desenvolvidas pela escola campo de estágio, avançam nos indicadores dos sistemas de avaliação, e isso só é possível em função de uma gestão colaborativa, que desenvolve um trabalho com a comunidade

escolar, juntamente com supervisores, professores, alunos e família, por meio de planejamento e sistematização das ações pedagógicas.

O planejamento acontece conforme orienta o Projeto Político Pedagógico – PPP, semanal com participação de toda equipe escolar, com articulação pedagógica e socialização dos aspectos administrativos onde as decisões são tomadas de forma democrática e a avaliação é contínua com observação do desempenho e exercícios cognitivos, com reforço nos aspectos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Quanto às instâncias de participação da comunidade escolar, a Escola Antônio Gomes viu a necessidade de ter um Plano Político Pedagógico bem elaborado e estruturado. Para isso, foi feita uma pesquisa de campo envolvendo todos os funcionários da escola, os quais em equipes saíram às ruas da cidade entrevistando antigos moradores e familiares de pessoas que viveram na época da fundação da referida escola, onde colheram dados para começar a elaboração do plano, já que a escola não dispunha de nenhum dado de sua fundação. Dessa forma, conseguiram elaborar o Plano Político Pedagógico, traçando metas e ações que tornem a sociedade mais humana, justa, valorizando a ética e a cidadania formando homens íntegros, capazes de transformar o mundo através da construção do conhecimento.

Quanto ao PDE, teve a sua elaboração através de reuniões envolvendo os membros do conselho escolar e demais professores, visando o melhoramento educacional da escola.

O Conselho Escolar tem o papel na democratização da educação e da escola. Ele tem um importante espaço, na medida em que reuni diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros, representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político- pedagógico da escola, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional em que vivemos.

As atividades e/ou projetos desenvolvidos na escola seguem três vertentes distintas: aqueles oriundos de planejamentos desenvolvidos pelo governo federal através do Ministério da Educação e Cultura (MEC); aqueles que têm cunhos estritamente pedagógicos que são desenvolvidos na escola em decorrência da definição de professores e coordenadores da escola e aqueles que são oriundos da Secretaria de Educação do município e desenvolvidos nas escolas da rede.

Considerando as três vertentes, destacaremos cada uma especificamente.

**Mais Educação-** o Programa Mais Educação é uma iniciativa do Governo Federal que tem como prioridade contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, articulando diferentes ações, projetos e programas nos Estados, Distrito Federal e Municípios, em consonância com o Projeto Pedagógico da escola, ampliando tempo, espaços e oportunidades, através da articulação das políticas setoriais envolvidas e possibilitando a todos o “Direito de Aprender”. Este programa é uma das ações do PDE.

**Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)** Este programa consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos.

**Proinfo** (participação de funcionários da educação) realização do “Curso Mídia da Escola”, (curso para manusear computadores do programa LINUX).

**Projeto Gente que Encanta** (parceria da Instituição Casa do Beradêro) uma organização não governamental, a qual desenvolve aulas de violão, violino, flauta e tambor.

**Visão Mundial** (ONG) em parceria com o **Projeto Xique-Xique**, onde são realizadas algumas oficinas como: capoeira, futebol, baú de leitura, entre outros.

Além de oferecer à comunidade a Educação Infantil I e II, o Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Escola realizou, no ano de 2011, os seguintes projetos e/ou atividades: Burreata, São João, Folclore, Mostra Literária, Leitura na Praça.

A primeira “Burreata”, que surgiu com o intuito de propagar as festas juninas da escola, há sete anos, e também levar à leitura as ruas da nossa cidade. Esse projeto foi idealizado por uma coordenadora da secretaria do município com a finalidade de propagar a leitura nas ruas. O projeto “Burreata” recebeu esse nome porque é apresentado através de um desfile de carroças de burro.

No mês de junho foi realizada a “1ª Burreata” Literária da cidade de Catolé do Rocha, promovida pela Escola Municipal Antônio Gomes.

Pelas ruas da cidade foi feita a exposição de atividades literárias e obras de Patativa do Assaré, mostrando a importância da leitura através da cultura regional, em que o burro foi utilizado conduzindo as atividades trabalhadas neste evento.

Houve, também, apresentação de músicas pelo artista local Assis Rosa.

Os alunos participam desse projeto com bastante entusiasmo, muitos se caracterizam com o estilo junino, entregam panfletos nas ruas convidando a comunidade para a festa junina, apresentam seus trabalhos escolares realizados no 1º semestre através de dramatizações, exposição oral e escrita. Toda comunidade recebeu esse projeto com muita satisfação, pois há um grande número de participantes nesse evento realizado anualmente pela escola. A escola resolveu homenagear o poeta Patativa do Assaré, por ser um poeta nordestino e ter em suas obras, belíssimos textos para serem trabalhados na escola.

A escola realiza anualmente a festa de São João, com comidas típicas, quadrilhas, leilão, entre outras atrações. Esse evento tem sua realização no mês de junho, quando se faz a culminância das atividades trabalhadas em sala de aula, enfocando a cultura nordestina, através de atividades interdisciplinares.

Essa realização conta com a participação de toda a comunidade escolar, com apoio financeiro do comércio e sociedade organizada. Durante o evento são vendidas as comidas típicas, cuja renda arrecadada é investida em materiais que são utilizados nas atividades escolares de sala de aula.

O mês de Junho é caracterizado por danças, comidas típicas, bandeirinhas, além das peculiaridades de cada região. É a festa junina. O nome “junino” é devido à sua procedência de países europeus cristianizados. Os portugueses foram os responsáveis por trazê-la ao Brasil, e logo foi inserida aos costumes das populações indígenas e afro-brasileiras.

Comemoramos o folclore como forma de preservar e valorizar a cultura, as tradições e costumes de um povo. Entendemos folclore como o conjunto de todas as tradições, lendas, costumes e crenças de um país. O folclore é percebido na alimentação, linguagem, artesanato, religiosidade e vestimentas de uma nação.

Conhecendo o folclore de uma região ou comunidade, podemos compreender melhor o seu povo, suas maneiras de pensar, sentir e agir.

É comemorado no mês de agosto, quando são trabalhadas, em sala de aula, atividades diversificadas, usando: lendas, adivinhas, provérbios, trava-língua, comidas típicas e remédios caseiros.

Também realizamos outras atividades folclóricas, integrando a comunidade, como a corrida de argolinha, desfile com as rainhas do milho, apresentação de danças com os alunos da escola e grupo de jovens de regiões vizinhas, entre outras.

A Mostra Literária é um projeto elaborado e coordenado pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação) para ser desenvolvido pelas escolas municipais. Acatando a proposta da SEMED, a Escola Municipal Antônio Gomes realizou o projeto com o tema: Literatura: Leitores e Leitura, desenvolvendo atividades, tais como: peças teatrais, enfocando clássicos literários e históricos infantis, como *O casamento da D. Baratinha*, *Chiquita Vaidosa*, *O segredo*, *Gigi* e *Girassol*; criação e exposição de textos, paródias, danças, coreografias de músicas infantis. Foi um momento para uma maior integração entre professores, alunos e comunidade escolar. Além disso, a Escola teve a oportunidade de inspiração.

Este projeto é conhecido popularmente como “Leitura na Praça”, direcionado pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação), onde cada escola desenvolveu um tema. A nossa escola trabalhou o tema: “Não deixe o mosquito folia fazer parte do seu dia- a dia. Previna-se”. A mesma apresentou no seu estande, produções de textos, poesias, dramatizações, apresentações de músicas e paródias. O surgimento do projeto foi uma ideia da Secretária de Educação do Município, objetivando propagar a leitura na praça pública da cidade.

## **1.2 A escola e o aluno da educação infantil**

A educação infantil é uma tarefa tão importante e tão complexa que exige uma ação efetiva por parte da escola, da família e da sociedade. Nenhuma contribuição pode ser dispensada e, além do mais, é necessário que ela aconteça de forma solidária, participativa e democrática. Para que se possa avançar com consistência nessa direção, será preciso fazer o caminho que se afaste cada vez mais do improvisado para uma ação articulada e planejada no coletivo. Desse modo, Friedmann (2005) lembra que cabe ao professor da educação infantil

Resgatar uma infância com alma, com essência com significado, aquela na qual os pequenos e simples momentos, gestos, atitudes, saberes, brinquedos, contos, histórias, pinturas produções toques e olhares sejam significativos, valorizados (2005, p. 11).

Ao defender o resgate de uma infância com alma, a autora afirma, de certo modo, que a essência dessa fase da criança passou por um processo de transformação de valores. O mundo contemporâneo mudou costumes, agregou novos valores à família e à sociedade de um modo geral. O sentido que se atribui,

hoje, à infância já não é a mesma de alguns anos atrás. A criança vive situações de vulnerabilidade constante na nossa sociedade, é exposta, muitas vezes, à situações de perigo e exploração diversas, perdendo com isso a melhor fase de sua vida que é o mundo da brincadeira, da fantasia e da inventividade.

Com base nisso, como a escola pode ajudar a resgatar essa infância, dando à criança o direito de brincar, sonhar e aprender? O mundo de faz de conta da criança exige compreensão por parte dos adultos, pois é a partir do imaginário infantil que a criança aprende a descobrir e construir o conhecimento para a vida. As imagens construídas pela criança revelam um mundo de descobertas, e isso só é possível quando ela encontra espaço para desenvolver sua imaginação criativa.

A ideia de imaginário também deve ser aplicada ao adulto que convive com a criança, visto que é nesse processo de interação criança/adulto que os saberes são produzidos e compartilhados. A esse respeito, Brandão (2001, p. 12) impetra que:

A educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais e, ali, sempre se espera de dentro, ou sempre se diz para fora, que a sua missão é transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor, de acordo com as imagens que se têm uns e outros.

Partindo deste pressuposto, o profissional da Educação Infantil deve ser criativo e capaz de interagir com o imaginário infantil, já que nesta fase serão construídos os conceitos básicos para uma aprendizagem significativa para o educando.

Para Vygotsky (1989, p.148 apud HERMIDA, 2007, p.285) as experiências e as trocas afetivas são fonte de desenvolvimento. É através da experiência social mediada pelo outro, nas diversas situações de convívio social da qual participa, que a criança aprende parte significativa das ações e conhecimentos necessários para sua inserção no mundo.

A partir da assertiva acima, a ação-reflexão-ação do professor contribui para que a educação infantil seja pensada, analisada e executada com a finalidade de sair do fazer por fazer, sem respaldo que norteie o porquê, o para quê e como fazer atividades que sejam estimuladoras, possibilitando a construção do conhecimento pela criança levando em consideração suas características individuais e diferenças sócio-econômicas e culturais.

Em outros termos, Moreno (2007) defende que:

Uma educação infantil que respeite direitos da criança em um espaço adequado, rico em estímulos, agradáveis aos olhos infantis num tempo bem planejado capaz de satisfazer suas necessidades em busca da construção de novos saberes e da descoberta do mundo a sua volta (p. 55).

De modo que a experiência na escola deve enfatizar o caráter da interlocução entre a teoria e a prática, elementos que devem estar sempre associados em função da profissionalização. Nesse sentido, observar e participar das atividades capacita o profissional para o exercício de suas atividades docentes.

Colaborando com as reflexões trazidas durante esta experiência, Pimenta e Lima (2009) afirmam que:

A identidade se constrói com base no confronto entre as teorias e as práticas, na análise sistemática das práticas à luz das teorias, na elaboração de teorias, o que permite caracterizar o estágio como um espaço de mediação reflexiva entre a universidade, a escola e a sociedade. (p. 112)

Mediante o exposto, a construção profissional deve priorizar ações onde se vivencie um confronto entre teoria e prática, fato que acontece no estágio, na busca da construção do sujeito professor, assim como a observação desta relação como algo enriquecedor para um bem que é a própria sociedade, que usufrui dos frutos individuais nesta junção do coletivo. Nesse sentido, Passerini (2007, p. 43) acredita que:

O estágio possibilita aos futuros professores a compreensão das ações praticadas dentro da instituição, dando assim uma prévia da realidade, como também do que queremos realmente para a preparação à inserção profissional. Vale ressaltar, que aprendemos observando o professor, porém, elaboramos nosso próprio modo de ser.

Durante a regência do estágio foi possível conhecer as práticas de ensino de Educação Infantil na Escola Municipal Antônio Gomes. Uma escola que assume o compromisso de fazer dessa fase escolar, um período marcante na vida da criança, na qual ela possa desenvolver-se nos aspectos psicomotricidade e cognitivamente. De acordo com Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil-RCNEI (1998), a prática educativa deve se organizar de forma que as crianças desenvolvam características, familiarizando-se com a imagem do próprio corpo, explorando as possibilidades de gestos e ritmos corporais para expressarem-se nas

brincadeiras e nas demais situações de interação, além disso, que saibam deslocarem-se com destreza progressiva no espaço ao andarem, correrem, pularem, etc., desenvolvendo atitude de confiança nas próprias capacidades motoras, entre outras atividades que envolvam movimentos.

Assim, o estágio supervisionado propiciou um olhar sobre a escola, sobretudo para a educação infantil, pois se buscou observar a rotina das crianças na escola, a forma como elas se relacionam com o professor, com os coleguinhas e com os saberes que lhe são ofertados. Foi possível, também, intervir com atividades levando às crianças atividades lúdicas, como jogos, brincadeiras, músicas entre outras. E, nesse sentido, o estágio contribuiu significativamente com a formação profissional do professor que deseja conhecer e redimensionar a teoria para a prática docente.

É considerado estágio, de acordo com o Decreto nº 87.497/82:

As atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais da vida e trabalho de seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino.

Essas características fazem com que o estágio seja uma prática utilizada como parte integrante da formação educacional e profissional do estudante, ambas garantidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei nº 9.394/96 (LDB).

De acordo com Bianchi (1998), quando visto como uma atividade que pode trazer imensos benefícios à aprendizagem, para a melhoria do ensino e para o estagiário, no que diz respeito à sua formação, certamente trará resultados positivos, além de estes tornarem-se ainda mais importantes quando se tem consciência de que as maiores beneficiadas serão a sociedade e, em especial, a comunidade a que se destinam os profissionais egressos da universidade. Dessa forma, o estagiário pode participar de maneira inovadora no desenvolvimento da organização escolar.

Sendo assim, há a necessidade de atividades enfocando a multifuncionalidade que ensine a importância da profissionalização, da autoavaliação e do desenvolvimento da capacidade crítica, dentro da perspectiva de construção de novos rumos para a Escola.

Essa inserção do estudante em um ambiente real de trabalho busca adequá-lo as exigências do mercado, familiarizando-o com o contexto empresarial e suas

atividades na futura profissão. Por estar em contato diário com as novidades de sua área de formação, o estagiário torna-se criativo, interessado em aprender e ávido por demonstrar seu potencial, além de possuir a energia inerente às crianças e adolescentes. Dessa forma, o estagiário pode participar de maneira inovadora do desenvolvimento da organização escolar e contribuir para formar e transformar crianças, jovens, adolescentes e adultos em cidadãos críticos e atuantes.

### **1.3 A escola e o aluno da educação fundamental**

O terceiro momento do estágio supervisionado aconteceu na mesma escola dos dois primeiros momentos, desta feita em uma turma de EJA – Educação de Jovens e Adultos do ensino fundamental, cuja modalidade de ensino visa oportunizar aprendizagem a todos os sujeitos que não tiveram oportunidade de frequentar a escola regular, de modo que o profissional da EJA deve ter um olhar diferente ao lidar com esta clientela.

De acordo com Silva (2007):

A psicologia coloca a necessidade de a ação pedagógica compreender o aluno em seu contexto social, cultural e econômico, pois assim, o professor estará conhecendo melhor seus pensamentos, sua forma de se relacionar com o mundo com as coisas (p. 33).

A assertiva acima é enfatizada por Freire (1989) quando ele afirma que:

Alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Com efeito, ela é o domínio dessas técnicas em termos conscientes. É entender o que se lê e escreve o que se entende.(...) Implica uma auto formação da qual se pode resultar uma postura atuante do homem sobre seu contexto. Para isso a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, apenas ajustado pelo educador. Isto faz com que o papel do educador seja fundamentalmente diálogos com o analfabeto sobre situações concretas, oferecendo-lhes os meios com que os quais possa se alfabetizar. (p.72)

Se o professor conhecer a realidade de seus alunos, como eles vivem e sua família, certamente terá mais subsídios para fazer seus projetos e planos de aulas.

Dessa forma é possível afirmar, que sem planejamento não há aprendizagem formal de qualidade para nenhum segmento de ensino, especialmente da EJA.

É no momento de intervenção que deve ser articulada a prática de sala de aula na escola, espaço esse onde o estagiário assume características de um professor de EJA (Educação de Jovens e Adultos) cuja prática deve estar pautada na reflexão-ação-reflexão, trazendo para o aluno da EJA meios eficazes para que o processo de ensino e aprendizagem seja uma realidade, tendo como ponto de partida o planejamento, a execução e a avaliação.

Saliente-se que as turmas de Educação de Jovens e Adultos são formadas por pessoas na faixa etária de 15 anos acima, pois já se sabe que a Educação além de ser a base do crescimento social e econômico de um país é direito de todos.

A turma observada tem como regente uma professora graduada em Pedagogia, responsável por uma turma de EJA de 2º e 3º ano do ensino fundamental, esta tem um perfil bem diversificado, com educandos em vários níveis de desenvolvimento. Nos dias observados, as aulas tinham sempre a presença de poucos alunos, não passavam de 07, porém, dos 20 matriculados naquela sala, a turma se intercalava, nunca estando todos presentes, mesmo assim a professora sempre atuante e atenciosa, mantinha contato com seus alunos, incentivando-os a comparecerem para que não fossem prejudicados por falta.

Quanto à metodologia, a professora seguia sempre o livro didático fornecido pelo governo e estava sempre atenta a qualquer dificuldade de seus educandos. Na sala, não havia tanto recurso didático disponível, a escola apresenta os mesmos problemas enfrentados na maioria das escolas públicas no Brasil. Havendo sempre uma preocupação constante da professora com o aprendizado dos educandos, incentivando-os a participarem das aulas, através de leituras e tarefas trazidas de casa. A professora sempre esteve presente, interagindo e buscando auxiliar individualmente seus educandos e dando-lhes o suporte necessário para que eles pudessem solucionar problemas e, desta forma, avançarem na aprendizagem. A educadora não se limitou aos livros e cadernos, buscando recursos em materiais diversificados, como bingo, filmes, entre outros, para tornar as aulas mais interessantes.

Para a realização das atividades inacabadas tem como suporte objetivos claros e um planejamento prévio de suas aulas. Além disso, ouve e considera as opiniões e sugestões de seus educandos, reconhecendo as dificuldades e se

colocando como uma ouvinte terna, transmitindo confiança e respeito. O relacionamento professora-aluno é constituído de forma harmoniosa e cooperativa, visto que cria vínculos com seus alunos baseados na dedicação, cuidado, atenção e respeito, promovendo assim a integração do grupo, respeitando os interesses individuais de cada educando.

Percebe-se que a professora é muito envolvida em suas tarefas diárias seguindo a rotina de forma permanente, sempre apostos e de prontidão a solucionar quaisquer dificuldades que possa decorrer ao longo do expediente.

A metodologia aplicada segue o programa estabelecido através de livros didáticos fornecidos pelo governo. A professora desenvolve conteúdos intercalando as disciplinas, adequando-as aos conhecimentos prévios dos seus alunos e avança conforme consegue sanar as dificuldades de cada um. Leva em consideração a faixa etária que atende, pois tem consciência que seus alunos são pessoas que têm uma grande força de vontade por ali estarem, uma vez que muitos vem após um dia cansativo de trabalho, na busca da oportunidade que há tempos por vários motivos lhes foi negada.

De maneira clara e objetiva a educadora segue seu cronograma e, sempre que possível adequando às necessidades de cada um, para que desta forma todos possam participar integralmente a fim de que haja aprendizagem significativa. Há um clima de cooperação entre os alunos, os que têm maior conhecimento se propõem a ajudar aos demais. Por se tratar de uma turma composta por adultos, todos têm a consciência que o aprendizado é necessário e que para isto é preciso que haja dedicação.

O estágio é uma oportunidade ímpar para se colocar em prática ideias elaboradas a partir da observação realizada; desse modo, as aulas realizadas proporcionaram a quebra de um paradigma em relação aos alunos da EJA. Estes foram momentos interacionais, cujo foco foram os recursos que viabilizassem uma aprendizagem significativa e aulas atrativas ao público referendado, haja vista a realidade na qual se insere este aluno específico.

As aulas ministradas pela estagiária em questão tiveram recursos metodológicos como cartazes, vídeos, além do diálogo, fator essencial para a aprendizagem significativa; foram momentos enriquecidos pela troca de experiências desmistificando a noção errônea de que o aluno da EJA tem dificuldades de

aprendizagem; ficou claro que eles não tiveram a oportunidade no tempo certo, pois muitos tiveram que trabalhar para ajudar aos pais.

## **CAPÍTULO II – POLÍTICAS EDUCACIONAIS: Um olhar para a Educação Infantil**

A Constituição Federal de 1988 institui a Educação Infantil como dever do Estado, a qual defende e orienta que toda criança tem direito ao acesso, à permanência e às condições de desenvolvimento psicomotora, social, cognitivo e afetivo. Em 1990, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente esses direitos constitucionais relacionados à Educação Infantil são reafirmados. No ano de 1994 o MEC definiu a Política Nacional de Educação Infantil através de documento que regulamenta e estabelece metas de expansão de vagas, melhoria da qualidade no atendimento às crianças, necessidade de qualificação dos profissionais.

Outra grande conquista se deu em 1996 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, quando a Educação Infantil passa a constituir a primeira etapa da Educação Básica integrada ao ensino Fundamental e Médio. Diante disso, em 1998, o MEC elaborou e editou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) que seria a “bíblia” da Educação Infantil, cujas orientações se voltam para a elaboração do currículo e sugestões de práticas pedagógicas para a Educação Infantil. Em 1999, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Esses documentos emergem como as principais referências para elaboração e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil no Brasil.

É importante destacar, portanto, que todos esses documentos que regulamenta a Educação Infantil orientam o desenvolvimento da criança nos aspectos de sua formação no aprender a ser, a conviver e a conhecer. Contudo, isso não implica dizer que ao chegar à escola a criança é uma “caixa vazia”, visto que ela convive e conhece um mundo fora da escola. Em função disto, Paulo Freire (1987) defende que “leitura de mundo precede a leitura da palavra”, ou seja, ao nascer o indivíduo já inicia o processo de aprendizagem a partir do momento em que observa as coisas a sua volta, questionando-as e comparando-as. Partindo desse pressuposto, o papel da Educação Infantil torna-se bastante relevante para o desenvolvimento cognitivo da criança dentro do processo educativo.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (2010, p.19), enfoca como sendo o objetivo desta etapa:

[...] garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Enfatizando o exposto, Freire (1987) vai além e explicita que, “antes de ensinar uma pessoa a ler palavras, é preciso ensiná-las a ler o mundo”, isto é, é necessário conduzi-la a compreender o significado de ações e comportamento dos membros de sua comunidade, compreendendo o seu papel como cidadão. É, portanto, neste foco que está o papel ímpar desempenhado pelos envolvidos no processo de aquisição de alfabetização e letramento infantis que é a sensibilidade de utilizar ferramentas prazerosas como jogos e brincadeiras, além de adentrar o imaginário infantil a fim de que este primeiro contato com a aprendizagem formal seja mágico para a criança. Para isto, corroborando com a assertiva acima Hannoun afirma que:

A reflexão e a ação educacionais pressupõem o real fundamento de afirmação referente, por um lado do homem como humanidade e como pessoa, e, por outro, ao processo de ensino-aprendizagem. No plano fundamental, o conceito de educação só é aceitável se a humanidade for possível obreira da felicidade e se a imagem do homem por forma-se for moral e socialmente positiva, enfim, se a pessoa humana for perfectível e capaz de liberdade. No plano instrumental, no âmbito escolar, vimos que o processo ensino-aprendizagem pressupõe sua própria eficiência e o valor positivo de suas finalidades, estruturas, conteúdos e métodos (1998, p. 43).

É fato que a Educação Infantil merece um olhar diferenciado com atividades atrativas, nas quais a criança aprenda brincando. Além disso, os cuidados e atenção dos adultos durante essa fase dos pequenos são indispensáveis para o seu desenvolvimento humano. Nesse sentido, a resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, fixou diretrizes nacionais para a educação infantil e afirma que:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil.

É na inserção dos processos que ocorrerá a inclusão da criança; primeiro no mundo letrado; abrangendo, então a inclusão social. Quando se fala em inclusão social, deve-se entender a aceitação do diferente e oportunidades iguais para todos; independente da cor, sexo, origem, condição social e educação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil (BRASIL, 2009, p.2) afirmam que a:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

Portanto, é dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção oferecendo oportunidades iguais para todos os cidadãos, desde a mais tenra idade, em outros termos: “as ações educativas devem promover nas crianças: a autonomia em relação aos adultos, resolução de conflitos com os colegas, independência, curiosidade, iniciativa, confiança e habilidades para a formação de ideias” (KAMII, 1991. p.21).

O exposto acima é ressaltado por Azevedo apud (LUIZA PENNA, 2010, p.34) quando afirma:

A reforma da educação com que se institui a escola para todos (escola única), organizada à maneira de uma comunidade e baseada no exercício normal de trabalho em cooperação, implantou no Brasil escolas novas para uma nova civilização. Pondo na base as ideias igualitárias de uma sociedade de forma industrial, em marcha para a democracia e na cúspide da pirâmide revolucionária da reforma, os ideais de pesquisa, de experiência e de ação; quis o Estado preparar as gerações não para a vida, segundo uma representação abstrata, mas para a vida social do seu tempo sob um regime igualitário e democrático em evolução transmutando a escola popular não apenas instrumento de adaptação (socialização), mas num aparelho dinâmico de transformações sociais.

Os futuros cidadãos merecem uma escola de qualidade com profissionais qualificados que atendam e entendam os interesses infantis. Neste sentido, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1988, p. 7) obedecendo às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) enfatiza que o referido documento “estabelece, pela primeira vez na história de nosso país, que a educação infantil é a primeira etapa da educação

básica, nosso objetivo, com este material, é auxiliá-lo na realização de seu trabalho educativo diário junto às crianças pequenas”.

Dessa forma, entendendo a importância desta etapa educacional para a formação e maturação cognitiva infantil, houve um despertar para a necessidade de uma educação que atenda aos interesses e maturidade da primeira infância e a subsequente aprendizagem. Para Piaget “[...] a maturação consiste, essencialmente, em abrir possibilidades novas e constitui, portanto, condição necessária do aparecimento de certas condutas [...]” (1986, p. 130).

Sob este enfoque se faz necessária a percepção de que cada um aprende de acordo com a maturidade cognitiva dentro do seu desenvolvimento e no seu próprio ritmo, tornando-se relevante o entendimento de que:

[...] a aprendizagem, as experiências, as interações, enfim, as situações concretas da vida e da educação contribuem para o desenvolvimento, entretanto, não são essenciais para que este aconteça, posto que não geram as qualidades mentais inatas que já existiam (PIAGET, 1973).

Deste modo, Bauman (2007, p. 5) vai além e afirma que “no mundo de hoje, se espera que os seres humanos busquem soluções privadas para os problemas derivados da sociedade e não soluções derivadas da sociedade para problemas privados”; a educação precisa sair da mesmice e inovar em metodologias que atendam aos interesses do educando para que estes sejam capazes de interagir e agir no meio social, numa capacitação mediada pela escola desde o primeiro contato com a educação formal, ainda na creche.

De modo que a Educação seja:

Um processo pelo qual o indivíduo adquire informações habilidades, atitudes, valores, etc. a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas. É um processo que se diferencia dos fatores inatos (a capacidade de digestão, por exemplo, que já nasce com o indivíduo) e dos processos de maturação do organismo, independentes da informação do ambiente. Em Vygotsky, justamente por sua ênfase nos processos sócio-históricos, a idéia de aprendizado inclui a interdependência dos indivíduos envolvidos no processo. O termo que ele utiliza em russo (obuchenie) significa algo como “processo de ensino aprendizagem”, incluindo sempre aquele que aprende, aquele que ensina e a relação entre essas pessoas. (OLIVEIRA, 1995, p.57).

É fato que a educação para que seja integral deve atender as demandas individuais, afinal Freire já dizia que “ninguém ensina a ninguém”, de modo que a aprendizagem é um processo individual; mas deve ser atrativo aos olhos infantis com ações mágicas que lhes possibilite desenvolver a autonomia concomitantemente com a aprendizagem.

Sobre o exposto acima o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, p.18) informa que

Quanto menor a criança, mais ela precisa de adultos que interpretem o significado de seus movimentos e expressões, auxiliando-a na satisfação de suas necessidades. À medida que a criança cresce, o desenvolvimento de novas capacidades possibilita que ela atue de maneira cada vez mais independente sobre o mundo à sua volta, ganhando maior autonomia em relação aos adultos.

Em outro trecho o RCNEI (BRASIL, 1998, p.19) informa que

Nesse sentido, é importante que o trabalho incorpore a expressividade e a mobilidade próprias às crianças. Assim, um grupo disciplinado não é aquele em que todos se mantêm quietos e calados, mas sim um grupo em que os vários elementos se encontram envolvidos e mobilizados pelas atividades propostas. Os deslocamentos, as conversas e as brincadeiras resultantes desse envolvimento não podem ser entendidos como dispersão ou desordem, e sim como uma manifestação natural das crianças. Compreender o caráter lúdico e expressivo das manifestações da motricidade infantil poderá ajudar o professor a organizar melhor a sua prática, levando em conta as necessidades das crianças.

Não basta apenas abrir salas que comportem o público infantil, há que se dotarem as creches e pré-escolas com o aparato necessário para atender aos interesses dos pequenos alunos numa educação permanente e pertinente a faixa etária de cada um, haja visto que o RCNEI (BRASIL, 1998, p.16) deixa claro que entre os princípios que regem a educação infantil estão dentre outros:

- Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

- Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

- Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

Simplificando a formação integral do sujeito que se inicia ainda no berço, valendo a redundância, ao se afirmar a necessidade de atividades diferentes e o empenho dos profissionais que lidam com a clientela infantil, lembrando que o foco é o desenrolar do processo cognitivo, as habilidades individuais, interação e atos que minimizem o racismo e o preconceito, tão presentes na sociedade.

Quanto ao processo avaliativo da Educação Infantil o RCNEI (BRASIL, 2010, p.31) orienta que:

- As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

- A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

- Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

É patente para o educador que a avaliação é parte do processo educativo, mas é relevante que esta avaliação não traumatize a criança, que o foco avaliativo seja diferenciado. Outro fator que deve ser referenciado é a afetividade professor-aluno, fundamentais para o pleno desenvolvimento educacional.

Saliente-se ainda que a educação é um processo amplo, que requer muito do educador, principalmente se este estiver inserido na educação infantil, pois “o complexo processo de construção da identidade e da autonomia depende tanto das interações socioculturais como da vivência de algumas experiências consideradas essenciais associadas à fusão e diferenciação, construção de vínculos e expressão da sexualidade”. (BRASIL, 2010, p.15).

A seriedade do ato de aprender a ler e a escrever está baseada no conceito de que a liberdade do homem está intrinsecamente ligada ao uso da palavra. De modo que linguagem é tão importante que a história humana se divide em dois momentos: antes e depois da escrita; instrumento através do qual o homem pôde fazer os registros da sua história e das maneiras de perceber o mundo.

Dessa forma é vital que a criança compreenda e internalize conceitos relativos ao desenvolvimento das habilidades educacionais e sociais que lhes

possibilitem adaptar-se ao ritmo acelerado das mudanças inerentes ao mundo globalizado do qual ela faz parte.

### **CAPÍTULO III: O LÚDICO: Ferramenta didática de interação e aprendizagem na Educação Infantil**

A infância é uma fase mágica de alegria e descoberta, na qual a criança conhece a si mesma e ao outro. É o despertar para a aprendizagem, a interação e a fase de mais intensa atividade cognitiva, uma vez que ela tem o “mundo” para ser dissecado, analisado e entendido. Deste modo, pais e educadores têm a responsabilidade legal e social de internalizar conceitos e valores que os transforme em cidadãos dignos e responsáveis, porque o que a criança aprende não esquece.

Dentro do enfoque abordado, a escola como ambiente de socialização e aprendizagem deve oportunizar meios para que a aprendizagem aconteça; e nada melhor que os jogos e as brincadeiras para que ela ocorra de forma lúdica e eficaz, pois se aprende muito durante essas atividades, quando estas são planejadas antecipadamente e executadas com fins didáticos, afinal, conforme lembra Santos (2007, p.17) “a educação por meios lúdicos tem por objetivo a educação total das crianças desde o psicológico até a parte motriz, a qual ela consegue através do movimento”.

A brincadeira é algo intrínseco ao ser humano, ainda nos primeiros meses os bebês brincam sozinhos com as mãos e os pés, depois com os adultos que os cercam, desenvolvendo a parte motora, a linguagem, os movimentos, aspectos cognitivos e interagindo com sujeitos. Desta forma o lúdico “não está nas coisas, nos brinquedos, ou nas técnicas, mas nas crianças, ou melhor dizendo, no homem que as imagina, organiza e constrói.” (OLIVEIRA, 2000, p.10). Assim, o brincar se configura como uma ferramenta de extrema importância para todas as fases do desenvolvimento humano.

É na brincadeira, no faz de conta, no imaginário infantil que se constrói e reconstrói conceitos, haja vista que nessa fase as crianças vivem o auge da magia dos amigos imaginários, a alegria dos sonhos, onde fantasia e realidade se entrelaçam, sendo ambos reais no imaginário infantil. Em função disso, os educadores da educação infantil devem primar na elaboração das aulas para que a criança não se frustre vendo a sala de aula como um ambiente opressor e rigoroso, uma vez que “as crianças tem maneira de ver, sentir e pensar que lhe são próprias e só aprendem através da conquista ativa, ou seja, quando elas participam de um processo que corresponde a sua alegria natural” (ROUSSEAU, 1968, p.65).

Enfatizando a assertiva acima, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado sob a Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, visando assegurar direitos fundamentais às crianças e aos adolescentes e é enfática ao declarar no artigo 53 que:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Mais adiante o ECA garante a todo cidadão:

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

O estatuto não ampara legalmente apenas as crianças, mas também os adolescentes, os jovens e os adultos, pois é fato que um país só progride se investir na Educação e na formação integral do indivíduo.

Além do Estatuto da Criança e do Adolescente, outros documentos devem ser mensurados, haja vista a relevância destes para garantir a qualidade da educação infantil nas escolas do território brasileiro. São dentre outros o Referencial Curricular

Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), criado para dar suporte ao público de creches e pré-escola. De acordo com as diretrizes supracitadas acima é no espaço escolar onde:

A passagem da heteronímia para a autonomia supõe recursos internos (afetivos e cognitivos) e externos (sociais e culturais). Para que as crianças possam aprender a gerenciar suas ações e julgamentos conforme princípios outros que não o da simples obediência, e para que possam ter noção da importância da reciprocidade e da cooperação numa sociedade que se propõe a atender o bem comum, é preciso que exercitem o autogoverno, usufruindo de gradativa independência para agir, tendo condições de escolher e tomar decisões, participando do estabelecimento de regras e sanções. (BRASIL, 1998, p.16).

Entretanto, para que haja aprendizagem significativa, o ambiente formal precisa estar dotado de suporte material e humano de qualidade a fim de propiciar à criança o estímulo necessário para que a aprendizagem ocorra realmente, respeitando as diferenças individuais, o ritmo e o desenvolvimento cognitivo de cada criança.

### **3.1- Brincadeiras: necessidade vital que amplia possibilidades de aprendizagem infantil**

Ensinar crianças em fase de creches e pré-escolas não é tarefa fácil; exige muitos critérios dos educadores ao elaborarem as atividades a serem realizadas pelos pequeninos, além de sensibilidade para lidar com essas crianças que adentram no ambiente formal tão precocemente.

Nesse sentido, as brincadeiras são um excelente recurso didático, pois são prazerosas e divertem as crianças enquanto elas aprendem. Refletindo sobre esse aspecto, Khismoto (1994, p.21) afirma que “o brincar e o jogo vinculam-se ao sonho, à imaginação, ao pensamento e ao símbolo”, por isso o lúdico é essencial para a aprendizagem infantil.

Corroborando com a assertiva acima Fromberg apud Kishimoto (2003, p. 6), inclui as seguintes peculiares ao jogo infantil

Simbolismo - que representa a realidade e atitudes; significação - que permite relacionar ou expressar experiências; atividade - permite que a criança faça coisas; voluntário ou intrinsecamente motivado - incorpora seus motivos e interesses; regrado - de modo implícito ou explícito e episódico-caracterizado por metas desenvolvidas espontaneamente.

É fato que nem todos os educadores têm critérios quanto ao ato de brincar e acabam utilizando a brincadeira como meio de “descanso” e uma forma de ocupar as crianças. Quando feita dessa forma, a atividade não assume um sentido didático, se configurando no “brincar por brincar” sem fins pedagógicos organizados e articulados com aquilo que se trabalha na sala de aula e o universo inventivo da criança.

O RECNEI (BRASIL, 1998, p.22) em relação à aprendizagem informa que:

A criança é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem desejo de estar próxima às pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas de forma que possa compreender e influenciar seu ambiente. Ampliando suas relações sociais, interações e formas de comunicação, as crianças sentem-se cada vez mais seguras para se expressar, podendo aprender, nas trocas sociais, com diferentes crianças e adultos, cujas percepções e compreensões da realidade também são diversas.

O momento das brincadeiras orientadas e planejadas para fins educativos proporcionam oportunidades ímpares para que essa interação aconteça de maneira satisfatória. Silva (2004, p. 25) afirma ainda que “o brinquedo é uma produção cultural da criança: no momento da brincadeira, a criança faz de qualquer objeto seu brinquedo, ela o cria e recria de acordo com sua imaginação, com sua brincadeira e contexto”.

Em outros termos, Kishimoto, (2003, p. 37), defende que:

Ao assumir a função lúdica e educativa, o brinquedo educativo merece algumas considerações: função lúdica: quando propicia diversão, prazer e até desprazer, quando escolhido voluntariamente e função educativa: o brinquedo ensina qualquer coisa que complete o indivíduo em seu saber, seus conhecimentos e sua apreensão do mundo.

Ponderando sobre a questão das brincadeiras e dos jogos na educação infantil fica claro que esta etapa educacional requer muito mais que o simples faz de

conta. Urge, assim, a superação da pedagogia tradicional que “afoga” o ímpeto infantil, tornando-os meros receptáculos dos saberes insípidos e cansativos. A escola, mais do que a missão de ensinar para a vida, tem a obrigação moral e legal de permear a aprendizagem de forma significativa e eficaz para o contingente infantil.

Existe no Brasil uma dualidade entre o que diz as leis e a efetivação das mesmas em todas as esferas sociais. Outro ponto crucial é o descaso do Estado para com as creches e pré-escolas; muitas sucateadas, com profissionais despreparados, desinteressados, cumprindo apenas o horário a fim de receber o salário mensal. Nestes ambientes as brincadeiras são apenas a maneira encontrada pelo professor para que o tempo passe mais rápido; esses profissionais não percebem que o brincar é essencial para o desenvolvimento integral da pessoa.

Neste sentido o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 21 apud CEBALOS; MAZARO, 2011) esclarece que

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras, as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais.

Mediante o exposto é inconcebível que educadores atenham-se a modelos tradicionais, tornando a aprendizagem uma tortura para as crianças e a escola um ambiente mórbido do qual ela faz questão de fugir assim que surge a oportunidade.

### **3.2 As necessidades do público infantil na era informacional**

É verdade que os tempos mudaram; as relações interpessoais já não são as mesmas e a escola parece parada “no tempo e no espaço” diante da rapidez das mudanças aceleradas ocorridas nestes tempos de globalização. No entanto, o anseio por aprender e a curiosidade da criança em fase de descoberta não mudam, é intrínseco e faz parte do processo evolutivo do homem.

Sabe-se que as crianças atuais diferem das de outrora, nasceram na era informacional, tendo acesso a toda parafernália eletrônica: Playstation, tabletes e uma infinidade de games que muitos educadores desconhecem. Entretanto, isso não é desculpa para que ocorra o que se vê nas escolas. O educador infantil não deve ser apenas o Professor; mas o exemplo a ser seguido, pois as crianças criam laços afetivos indissolúveis com o mesmo, sendo estes, vistos pelas crianças, como o detentor do saber, mais ainda que os próprios pais.

Não importam quantos acessórios eletrônicos elas possuam em sua residência, as brincadeiras que a “tia” realiza na escola são mais relevantes para as crianças porque elas brincam socializando suas experiências com outras crianças. Por isto é importante ressaltar que

A maneira como a criança brinca e desenha reflete de maneira implícita na forma como esta lida com a realidade. Ao mesmo tempo em que se diverte, constrói laços de amizade, compartilha o funcionamento de um grupo, aprende a respeitar limites e a ceder para que o outro também se satisfaça. É um processo constante de construção da consciência de si mesmo e do outro (OLIVEIRA, 1992 apud SOUZA, 2009).

A sociedade sofre mudanças constantes, rápidas e vive-se a era da efervescência onde impera o “carpe diem” moderno e tudo tem que ser já, o agora tem mais valia; no entanto, o papel do educador não muda diante dessa nova realidade. Mudam-se as metodologias, os recursos didáticos, o foco do aprender, mas o essencial permanece - a figura do bom educador como mediador da aprendizagem no processo educacional, visto que a aprendizagem por si só, não condiz ao desenvolvimento do educando, mas uma correta organização da aprendizagem conduz ao êxito esperado. Assim, o docente precisa encontrar meios para desenvolver o processo de ensino e aprendizagem.

Vygotsky (2001b, p.115) enfatiza a assertiva acima ao afirmar que:

A aprendizagem não é em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem. Por isso, a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas não-naturais, mas formadas historicamente. [...] todo o processo de aprendizagem é uma fonte de desenvolvimento que ativa numerosos processos, que não poderiam desenvolver-se por si mesmos sem a aprendizagem.

As creches e pré-escolas do país devem primar pelo pleno desenvolvimento psíquico-motor, cognitivo e afetivo das crianças; neste contexto as brincadeiras constituem excelente meio para inserir a criança no ambiente formal, sem traumatizá-las.

O professor da educação infantil precisa estar atento às necessidades da criança, ao seu estágio de desenvolvimento, primando sempre pelo ato de aprender. Cabe ressaltar, portanto, que o ambiente de creches e pré-escolas difere das do ensino fundamental, uma vez que nestes ambientes as crianças comem, dormem, brincam, tomam banho e aprendem hábitos de higiene, tais como a escovação dos dentes, lavar as mãos antes das refeições que atendem ao horário específico para cada atividade.

Neste sentido o RCNEI (BRASIL, 1998, p.50) orienta os educadores e acrescenta que:

O estabelecimento de um clima de segurança, confiança, afetividade, incentivo, elogios e limites colocados de forma sincera, clara e afetiva dão o tom de qualidade da interação entre adultos e crianças. O professor, consciente de que o vínculo é, para a criança, fonte contínua de significações, reconhece e valoriza a relação interpessoal.

Nesse sentido, se forem postas em prática as Diretrizes Curriculares para o público infantil, as determinações da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, as deliberações do Estatuto da Criança e do Adolescente, além de educadores qualificados e preocupados com o pleno desenvolvimento do cidadão, poder-se-á falar em educação de qualidade e desenvolvimento do país, pois um país se faz com homens conscientes e cientes de suas responsabilidades sociais, culturais, políticas e econômicas, fato que só ocorre mediante um sólido processo educacional.

Dessa forma, ao ter a brincadeira direcionada na escola, a criança aprende a respeitar regras, faz novas amizades, ampliando o contato social, vai se expressar

mais facilmente, aprendendo valores fundamentais como o respeito e a valorização do outro. Neste caso ela perceberá que os outros também têm opiniões, muitas vezes diferentes da sua, perceberá que pode articular e compartilhar a alegria que as brincadeiras proporcionam.

É no brincar que as crianças aprendem a controlar melhor suas emoções, refletem suas atitudes para com o outro e aprendem a resolver conflitos; como afirma Zanluchi (2005, p.91) “A criança brinca daquilo que vive; extrai sua imaginação lúdica de seu dia-a-dia.”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É patente o valor das brincadeiras e dos jogos para o desenvolvimento infantil, bastando ver como as crianças se motivam ao ver formas diferentes de ensino; saindo do tradicional quadro-negro e giz. Neste processo de ensino-aprendizagem, muitos esquecem que se aprende muito mais com atividades prazerosas e divertidas do que com a monotonia diária e é exatamente neste contexto que as atividades lúdicas tornam-se aliadas do processo de aprendizagem como ferramenta inestimável para o Educador e fonte de alegria para as crianças.

No decorrer das atividades lúdicas, o Educador percebe que o “brincar” promove a aprendizagem das crianças, já que elas projetam nas brincadeiras suas ansiedades e frustrações, desejos e sua própria visão de mundo.

Dessa forma, os educadores têm nas mãos a semente que despertará interesse para a espontaneidade criativa, além da disponibilidade para aprender e (re) fazer antigos conceitos levando-as a superar possíveis bloqueios que dificultem o processo de ensino-aprendizagem, preparando-as para serem cidadãs capazes de enfrentar desafios e participar da construção de um mundo melhor.

Embasados desse pensamento, este trabalho possibilitou uma compreensão maior acerca do cotidiano de escolas públicas, especificamente da Escola Municipal Antônio Gomes, observando como se processam o modelo de gestão escolar, as práticas de ensino na educação infantil e no ensino fundamental. Além disso, propiciou ampliar as discussões sobre alguns procedimentos metodológicos durante os primeiros anos escolares da criança, atestando que as atividades mais dinâmicas, voltadas para as brincadeiras são mais prazerosas e atrativas para as crianças, visto que durante essa fase inicial escolar dos pequenos aprendizes, o lúdico precisa fazer parte das experiências e do mundo inventivo da criança.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria.** Rio de Janeiro, 2007
- BIANCHI, A. C. M., et al. Manual de orientação: **Estágio Supervisionado.** São Paulo: Pioneira, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** 41ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2002. (Coleção primeiros passos)
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.3v.: il.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 3ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FRIDEMAN, Adriana. **O que é Infância?** Pátio Educação Infantil. Porto Alegre: ano II, Nº6, Dez 2004/Marc 2005.
- HANNOUN, Hubert. **Educação: certezas e apostas.** São Paulo: UNESP, 1998.
- HERMIDA, J. F. (org.) **Educação Infantil: políticas e fundamentos.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.
- HOFFMANN, Jussara. Avaliação e desenvolvimento infantil. In: \_\_ **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** Porto Alegre: Mediação, 2000.
- KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil.** São Paulo: Pioneira, 1994.
- MORAN, J.M. Ensino e aprendizagem Inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas In: MORAN, J. M.; MASSETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** Campinas-SP: Papirus, 2011.
- MORENO, Gilmara Lupion. Organização do trabalho pedagógico na instituição de educação infantil. In: PASCHOAL, Jaqueline Delgado (Org.). **Trabalho pedagógico na educação infantil.** Londrina: Humanidades, 2007.
- OLIVEIRA, Ramon. **Informática educativa: dos planos e discursos à sala de aula.** (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). Campinas-SP: Papirus, 1997.
- PIMENTA, Selma Garrido, GHEDIN, Evandro (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1974.

PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: Unidade entre teoria e prática? **INEP/ Relatos de pesquisas-** Série documental; nº25, maio/1995, p. 16-25.

Projeto Político Pedagógico. **Escola Municipal Antônio Gomes**. Catolé do Rocha-PB, 2012.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SANTOS, P. Santa Marli. **O lúdico na formação do educador**. Petrópolis, RJ: 4ª edição, Editora Vozes, 1997.

SILVA, Daniela Regina da. **Psicologia Geral e do Desenvolvimento. Associação Educacional Leonardo da Vinci(ASSELVI)**.-Indaial:Ed.ASSELVI,2007.

VEIGA, I. P.A (org.). Projeto Político-Pedagógico da escola: Uma construção possível. ? Campinas, SP: Papirus, 2000.

VYGOTSKY, L. S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2001b.

ZANLUCHI, Fernando Barroco. **O brincar e o criar: as relações entre atividade lúdica, desenvolvimento da criatividade e Educação**. Londrina. PR. 2005.